

13/02/2023

APEOESP

18

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

**QUEREMOS
O REAJUSTE
DO PISO
SALARIAL
NACIONAL
PARA TODOS**

*Abono complementar
burla a lei do piso*

Secretaria de Comunicação

Circula um vídeo em redes sociais, no qual o vice-governador Felício Ramuth anuncia “reajuste” de 15% nos salários dos professores. Ao mesmo tempo, ele se refere a um valor fixo de R\$ 575,00 (que corresponderia à diferença entre o valor do piso salarial profissional nacional e o salário base do Magistério da rede estadual de São Paulo), o que faz supor o pagamento de um abono neste valor, como em anos anteriores, apenas para uma parcela da categoria.

A APEOESP reafirma sua reivindicação de equiparação dos salários base ao PSPN na forma de reajuste do salário base com repercussão em todos os cargos e níveis da nossa carreira. Dessa forma, devem ser reajustados todos os salários de professores, diretores, supervisores e até mesmo dirigentes de ensino, todos integrantes da carreira.

Qualquer outra forma de adequação salarial que não seja o reajuste para todos e todas, como, por exemplo, a concessão do chamado “abono complementar”, não passa de uma burla à lei, que determina que os reajustes sejam aplicados anualmente, para que nenhum professor e nenhuma professora receba salário inferior ao piso (R\$ 4.420,55 em 2023).

Por uma questão de lógica, se o percentual de 14,95% (reajuste do PSPN em 2023) for aplicado ao salário base, o mesmo percentual deve ser aplicado aos demais salários, para que se mantenham a diferença salarial entre os diversos níveis, conquistados pelos professores ao longo da sua carreira.

A APEOESP não concorda e não aceita a imposição de abono suplementar. Por isso ingressamos com ações na justiça a cada ano e exigimos a aplicação integral dos reajustes devidos, como o reajuste de 10,15% (que conquistamos na justiça em 2017 e está bloqueado no STF devido a um recurso do Governo do Estado), assim como o reajuste de 33,24% de 2022 e o atual reajuste de 14,95%.

A APEOESP e a conquista do piso nacional

A conquista do piso salarial profissional nacional foi uma grande vitória das professoras e dos professores brasileiros como base para o processo de valorização da nossa categoria. E a APEOESP esteve na origem desta conquista, pois o princípio do piso nacional foi inscrito na Constituição Federal de 1988 pelo deputado federal constituinte Gumercindo Milhomem Neto, ex-presidente da APEOESP.